



Universidade de Brasília

Faculdade de Planaltina

Gestão do Agronegócio

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO
CONAB – Gerência de Programação Operacional da Agricultura Familiar

Marianna Sanae Coutinho Ashiuchi

Brasília, 2011



Universidade de Brasília
Faculdade de Planaltina
Gestão do Agronegócio

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO
CONAB – Gerência de Programação Operacional da Agricultura Familiar

Relatório contendo as atividades desenvolvidas no estágio obrigatório do curso de Gestão do Agronegócio.

Marianna Sanae Coutinho Ashiuchi

Prof. Orientador Sérgio Sauer

Brasília, 2011

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. CONAB	5
3. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA.....	7
3.1. Evolução das Operações	9
3.2. Resultados do PAA em 2010.....	10
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	15
5. CONCLUSÃO	18
BIBLIOGRAFIA.....	20

1. INTRODUÇÃO

Para Sérgio Schneider (2003), a importância da reorientação acadêmica em debates sobre a ruralidade está ligada à retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil, permitindo que os estudiosos ampliassem sua linha temática para além das discussões acerca dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e questões relacionadas aos impactos do progresso tecnológico. Contudo, ainda não se pode confundir ou interpretar como sinônimos o espaço rural e as atividades produtivas ali desempenhadas, pois a agricultura como atividade produtiva não deixou de integrar o mundo rural, mas, em algumas regiões, há a diminuição de sua importância no tocante à geração de emprego e ocupação.

Além desses aspectos, Schneider (2003) enfatiza a importância que a agricultura familiar passou a ter no cenário social e político brasileiro. Essa está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa foi criado com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas, ao longo da década de 1980, e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade.

Foi a partir do Pronaf, que o sindicalismo rural brasileiro passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social, a agricultura familiar, considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional) para se manter no mercado competitivo.

É nessa perspectiva que o Estado passou a formular diretrizes que viabilizariam o apoio à agricultura familiar e com a geração de programas cujos objetivos seriam reforçar a sua produção e manter um mercado estável que atenda às suas necessidades.

Assim, surgiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), destinado ao apoio à produção e comercialização dos agricultores familiares. Seus

recursos são provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a operacionalização acontece em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Dessa forma, o presente trabalho versa sobre a descrição das atividades desenvolvidas em estágio obrigatório de final de curso, Gestão do Agronegócio, realizado na Conab com o objetivo de auxiliar a formação acadêmica inserindo o aluno em atividades práticas para desenvolver o aprendizado teórico, adquirido no decorrer do curso. Dentro da Conab a atividade ocorreu na Gerência de Programação Operacional da Agricultura Familiar que é a responsável pela efetiva operacionalização do PAA.

2. CONAB¹

A Conab é uma empresa pública encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado, atuando em todo território nacional, por meio de Superintendências Regionais localizadas nos estados brasileiros, e com o apoio de suas Unidades Armazenadoras (UA), disposto pelo país.

No tocante à armazenagem a Rede Armazenadora Própria da Conab é destinada a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Uma de suas ações é promover a comercialização eletrônica de produtos e serviços relacionados às atividades finalísticas e de produtos e insumos para terceiros e, também, prestar serviços de armazenagem e de classificação de produtos agrícolas. Assim como, realizar levantamento de safras com forte utilização de geotecnologias e manter informações e séries históricas de indicadores agropecuários, análise de mercado e conjunturas agrícolas.

A Companhia promove, via leilão eletrônico, a compra de alimentos para atendimento aos índios, quilombolas e assentados que se encontram em situação de carência alimentar.

Sua missão é "contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento"

Suas operações são coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). E, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Conab atua no programa Fome Zero, sendo responsável pela logística do recebimento, armazenamento e distribuição dos donativos.

¹ Informações retiradas do site da Companhia. Disponível em: www.conab.gov.br <Acesso em 04 de outubro de 2011>

A Companhia é responsável pela definição das políticas públicas para o abastecimento alimentar no país no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) que é realizado através do instrumento governamental da Aquisição do Governo Federal (AGF) para equilibrar a renda do produtor frente às oscilações do preço no mercado.

Nessa perspectiva a Diretoria de Política Agrícola e Informações (DIPAI), da Conab, trabalha com uma área voltada ao fortalecimento da agricultura familiar, e a Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar (SUPAF), é responsável pelas ações que busquem efetivar toda a política de atendimento ao pequeno agricultor que lutam por espaço no mercado competitivo.

Também atua no Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PAAF), que visa contribuir para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar da região semi-árida brasileira com preocupação com a segurança hídrica e alimentar, a geração de renda e a promoção de direitos humanos como o direito à alimentação, água de qualidade, preservação do meio ambiente, informação e comunicação. Sendo que, o foco da Conab nesse programa é a venda da produção a preços remuneradores e compatíveis com o mercado, realizando a compra direta, a compra antecipada e os contratos de garantia de compra com esses produtores.

Dentro da SUPAF há duas subordinações, a Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar (GECAF) e a Gerência de Programação Operacional da Agricultura Familiar (GEPAF), área de atuação do presente estágio, que é a responsável pela ratificação das propostas das cooperativas e associações de agricultores familiares que querem usar do Programa de Aquisição de Alimentos para comercializar seus produtos.

Assim as atividades do estágio contam com a análise de propostas de participação no PAA e o apoio administrativo, elaborando relatórios gerenciais, planilhas de preços, mantendo-as atualizadas, identificar dados sobre política de preços quando necessário e controlar o organizar documentos das operações realizadas.

3. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

O programa surgiu em 2003, com a atuação do governo do então presidente Lula (2003-2010), após as decorrentes mobilizações sociais que haviam ocorrido ao longo da última década do século XX, onde foram implementadas ações emergenciais e estruturais em várias regiões do país. Porém, a prioridade em relação ao tema da fome só foi consumada através do Programa Fome Zero, que teve prioridade de implementação com a meta de erradicar a pobreza no país.

O Fome Zero atua em duas linhas de ações². A primeira sendo definida como a emergencial, ou seja, programas e ações públicas dirigidas a grupos populacionais específicos com o objetivo de enfrentar carências alimentares e nutricionais qualificadas como medidas assistenciais de natureza compensatória, por meio de cupom alimentação, cestas básicas, merenda escolar, bando de alimentos, estoques alimentares e programas especiais. A outra articula ações estruturais com o barateamento dos produtos, aumento da oferta de alimentos básicos e melhoria no nível de renda. Ambos com a premissa de combater a fome.

Nesta lógica, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi concebido no bojo de um grupo de políticas estruturantes do Fome Zero, visando implementar ações no âmbito das políticas agrícola e de segurança alimentar, com o objetivo de fortalecer a política global de combate à fome. Sendo o instrumento utilizado para garantir ao produtor familiar a compra de seus produtos, diretamente ou por meio de associações ou cooperativas, de forma a equilibrar sua renda sem a interferência das oscilações do mercado, permitindo uma remuneração capaz de custear suas despesas familiares de forma homogênea³. As compras realizadas são destinadas à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais.

² Informações retiradas do site do Programa Fome Zero. Disponível em: www.fomezero.gov.br <Acesso em 04 de outubro de 2011>

³ Informações retiradas do site da Conab. Disponível em: www.conab.gov.br <Acesso em 04 de outubro de 2011>

Sua operacionalização é considerada simples, pois é feita diretamente pela Conab sem a intermediação de agentes ou necessidade de licitações. Porém, é necessário que o produtor, ou por suas associações/cooperativas, emitam a Cédula do Produto Rural (CPR) que é representativa de promessa de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída e é regulada pela Lei 8.929 de 22 de agosto de 1994.

Assim, a própria cédula, ao ser emitida, especifica os bens oferecidos em garantia, dispensando-se a constituição da garantia por documento separado, como usualmente ocorre com os direitos reais de garantia. Por isso, a menção às garantias cedularmente constituídas, significa que na própria CPR estão mencionadas as garantias para o cumprimento da obrigação (ROCHA, 2008).

Existem três formas de participar do programa que estão demonstradas na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1: Comparativo entre as três modalidades de participação do PAA.

	Doação Simultânea (CPR – Doação)	Formação de Estoque (CPR – Estoque)	Compra Direta (CDAF)
DEFINIÇÃO	É a aquisição de alimentos de agricultores familiares organizados em grupos, associações ou cooperativas e destinados diretamente a entidades que compõem a Rede de Proteção e Promoção Social que tenham programas e ações de acesso à alimentação.	Operada por meio de organizações da agricultura familiar, disponibiliza recursos para que a organização adquira a produção de agricultores familiares e forme estoque de produtos para posterior comercialização.	Voltada à aquisição da produção da agricultura familiar em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
RECURSOS	MDA e MDS	MDA	MDA e MDS
	Até o limite de R\$4.500,00 por participante/ano.	Até o limite de R\$4.500,00 por participante/ano.	Até o limite de R\$4.500,00 por participante/ano.

FUNCIONAMENTO	<p>A organização de agricultores familiares encaminha à Conab uma proposta de participação informando os agricultores envolvidos, os alimentos a serem adquiridos e as respectivas quantidades, as entidades que serão contempladas e a periodicidade de entrega dos alimentos. Aprovada a proposta de participação, a organização emite uma CPR e passa a fornecer alimentos diretamente às entidades conforme definido na proposta. Após a confirmação da entrega dos produtos, a Conab disponibiliza os recursos pactuados na conta da organização que realiza o pagamento aos agricultores.</p>	<p>A organização de agricultores familiares, juntamente com seus associados, identifica a possibilidade de formação de estoque de determinado produto e elabora uma proposta de participação à Superintendência Estadual da Conab mais próxima. Aprovada a proposta, a organização emite a CPR e a Conab disponibiliza recursos financeiros para que a organização inicie o processo de aquisição de alimentos dos agricultores familiares listados na CPR.</p>	<p>De acordo com a situação dos preços dos produtos e da demanda apresentada pelos agricultores familiares, a Conab adquire seus produtos, sendo que, o produto <i>in natura</i> deverá estar limpo, seco, enquadrado nos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelo Mapa, e o produto beneficiado deve estar acondicionado e nos padrões definidos pelos órgãos competentes e entregue nos Pólos de Compra, indicados pela Conab.</p>
PRODUTOS AMPARADOS	<p>Produtos alimentícios próprios para consumo humano, observando-se: produtos <i>in natura</i> da safra vigente; produtos industrializados, processados ou beneficiados; e produtos orgânicos.</p>	<p>Produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, oriundos da agricultura familiar.</p>	<p>Arroz, castanha-de-caju, castanha-do-brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo.</p>

A tabela demonstra um comparativo das três formas de o produtor familiar participar do PAA e tais informações referem-se ao Manual de Operações da Conab (MOC) que regula todas as operações realizadas pela Companhia.

3.1. Evolução das Operações

A Tabela 2 demonstra o resultado obtido em relatório feito pela Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar (GECAF) em 2009, e mostra a evolução do número de agricultores participantes do PAA no período de 2003 a 2008, considerando todas as modalidades de participação no programa.

Tabela 2: Evolução do nº de famílias de agricultores nos anos de 2003 a 2008

REGIÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
NORTE	3.747	13.757	8.544	8.620	9.036	5.166	48.870
NORDESTE	18.780	20.439	16.315	22.334	22.334	27.190	127.424
SUDESTE	3.100	3.806	6.091	18.608	18.608	25.559	70.684
SUL	7.700	10.182	18.369	39.513	39.513	30.553	143.837
C. OESTE	8.014	1.608	2.656	2.881	2.881	3.154	22.763
TOTAL	41.341	49.792	51.975	86.476	92.372	91.622	413.578

Fonte e elaboração: Conab (DIPAI/SUPAF).

O total de famílias de agricultores que comercializaram seus produtos com a Conab no período de 2003 a 2008 foi de 413.578, com um aumento significativo nas Regiões Sudeste (724%) e Sul (297%). Entre os anos de 2007 e 2008, os Estados que se destacaram foram São Paulo, com aumento de 3.450 famílias de agricultores, Minas Gerais com 2.958, Maranhão com 1.964 e Bahia com 2.154. Em quase todos os anos houve aumento no número de famílias de agricultores, com exceção dos anos de 2007 para 2008, nas Regiões Norte e Sul. Mas o relatório aponta a razão principal para este fato que foram as chuvas ocorridas em Santa Catarina e o aumento do preço de feijão em Rondônia.

3.2. Resultados do PAA em 2010

Os recursos para operacionalização do PAA são repassados à Conab pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para tanto, a Conab disponibiliza anualmente o Sumário Executivo do PAA que será utilizado para a demonstração dos resultados do programa até o ano de 2010. Assim, a Tabela 3 traz a evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos pelo PAA em todas as suas modalidades.

Tabela 3: Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos.

ANO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TOTAL (R\$)	81.541.207	107.185.826	112.791.660	200.954.580	228.352.967	272.490.388	363.381.941	379.735.466

Fonte e elaboração: Conab (SUPAF/GEPAF).

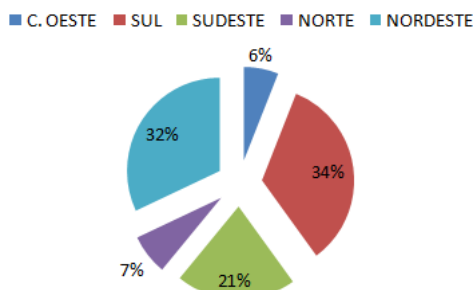
Só no ano de 2010, o PAA contabilizou um total de recursos em R\$401.973.869,00 milhões incluindo aquisições, INSS, embalagens, despesas operacionais (diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, obrigações tributárias e contributivas).

O valor gasto com a aquisição de produtos possibilitou a comercialização de 225.895 toneladas de alimentos, produzidos por 94.398 famílias agricultoras pertencentes aos grupos do Pronaf.

Os resultados de 2010 demonstram que a demanda pelo PAA é variável, isso é resultado das características próprias de cada região, em termos de

organização social e acesso à informação. O Gráfico 1 mostra a distribuição do total de recursos por região.

Gráfico 1: Distribuição dos recursos por região



Fonte e elaboração: Conab (SUPAF/GEPAF).

O PAA beneficia inúmeros municípios com geração de renda para os produtores familiares e melhora na alimentação das pessoas em situação de insegurança alimentar. Em 2010, o PAA atingiu 1.076 municípios, que estão listados na Tabela 3 em comparação com o total de municípios existentes no país.

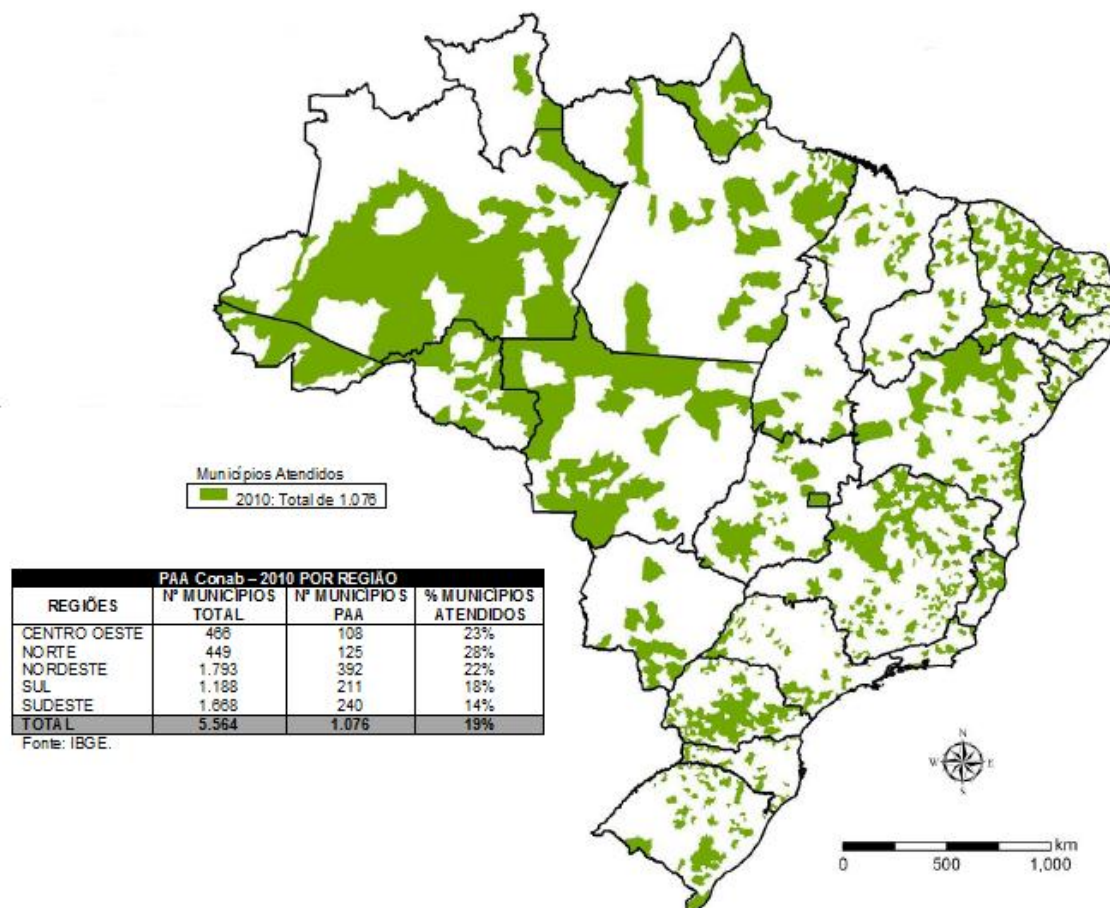
Tabela 3: Número de municípios atendidos pelo PAA

UF	Nº MUNICÍPIOS TOTAL	Nº MUNICÍPIOS PAA	% MUNICÍPIOS ATENDIDOS
AC	22	11	50%
AL	102	24	24%
AM	62	28	45%
AP	16	8	50%
BA	717	88	21%
CE	184	71	39%
DF	1	1	100%
ES	78	18	24%
GO	246	28	11%
MA	217	25	12%
MG	853	158	19%
MS	78	23	31%
MT	141	56	40%
PA	223	41	29%
PB	185	54	25%
PE	223	36	19%
PI	399	27	12%
PR	223	106	27%
RJ	92	11	12%
RN	167	49	30%
RO	52	20	38%
RR	15	4	27%
RS	496	63	13%
SC	293	42	13%
SE	75	18	24%
SP	645	53	9%
TO	139	13	9%
TOTAL	5.564	1.076	19%

Fonte e elaboração: IBGE e Conab (SUPAF/GEPAF).

A Figura 1 também ilustra os municípios atendidos pelo PAA divididos por região.

Figura 1: Municípios atendidos pelo PAA em 2010.



Fonte e elaboração: Conab (SUINF/GEOTE).

Ainda há a incidência do Programa Territórios da Cidadania que foi lançado pelo Governo Federal em 2008 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. É capitaneado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o seu recorte territorial foi definido por base em filtragem no sentido de eleger as localidades que seriam contempladas nos Territórios da Cidadania de acordo com os seguintes critérios: menor IDH territorial; maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas; e

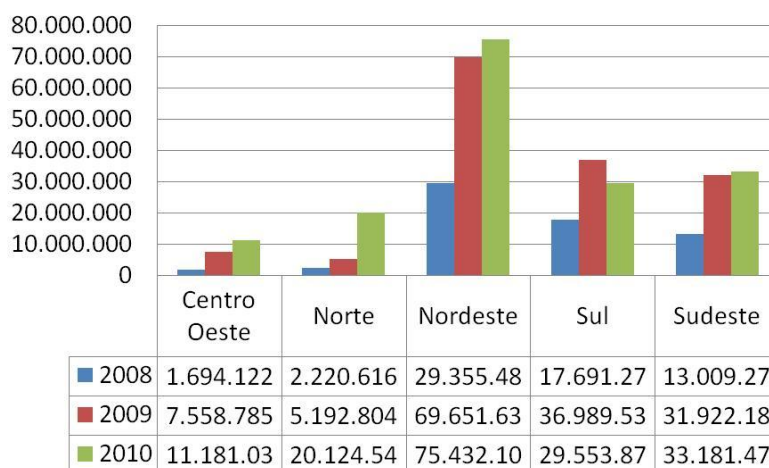
baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais indicadas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração⁴.

O Programa Territórios da Cidadania se difere de outros programas sociais por não se limitar a enfrentar problemas específicos com ações dirigidas. Ele combina diferentes ações para reduzir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento harmonioso e sustentável.

Por se tratar de um programa com surgimento no ano de 2008, só a partir dessa data o MDA passou a requerer a sua incidência no PAA. Por isso, o Sumário Executivo do PAA demonstra os recursos aplicados nos Territórios da Cidadania apenas nos anos de 2008, 2009 e 2010.

O Gráfico 2 demonstra os recursos aplicados nos Territórios da Cidadania por região, onde somente a Região Sul apresentou queda, embora pequena. Esse fato se deve à situação favorável de mercado e não ocorrendo assim tanta demanda pela modalidade Compra Direta (CDAF).

Gráfico 2: Recursos aplicados nos Territórios da Cidadania por região.



Fonte e elaboração: Conab (SUPAF/GECAF).

O PAA ainda não alcança a demanda efetiva em termos de recursos orçamentários/financeiros, mas vem atingindo seus principais objetivos, contribuindo para a geração de renda e sustentação de preços aos agricultores

⁴ Informações retiradas do site do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: www.mda.gov.br <Acesso em 07 de dezembro de 2011>

familiares e a promoção da segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais.

Além disso, o Sumário Executivo do PAA concluiu que o programa tem contribuído para a manutenção da biodiversidade, por meio do apoio às comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas que passaram de receptoras de cestas básicas para fornecedoras de alimentos para programas sociais do Estado. Desta forma, o PAA propicia a inserção digna e respeitosa dessas comunidades no mercado local a partir do estabelecimento de relações sociais baseadas em uma percepção renovada, reconhecendo seu papel na economia local e regional.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O estágio é realizado na Conab, mais especificamente na Gerência de Programação Operacional da Agricultura Familiar (GEPAF), que é responsável por analisar as demandas decorrentes dos pedidos de comercialização junto ao PAA e submetê-las à aprovação da Diretoria de Política Agrícola e Informações (DIPAI).

Assim, a organização de agricultores, por intermédio do site da Conab, formula a proposta à superintendência regional da Conab de sua localidade. Esta recebe a proposta e toda a documentação correspondente, faz a primeira análise para conferir se a proposta está em conformidade com a regulamentação exigida no Manual de Operações da Conab. Faz então um comparativo dos preços propostos e dá o seu parecer sobre a aceitação ou não da proposta. Para concluir o processo, envia um termo de homologação para a GEPAF.

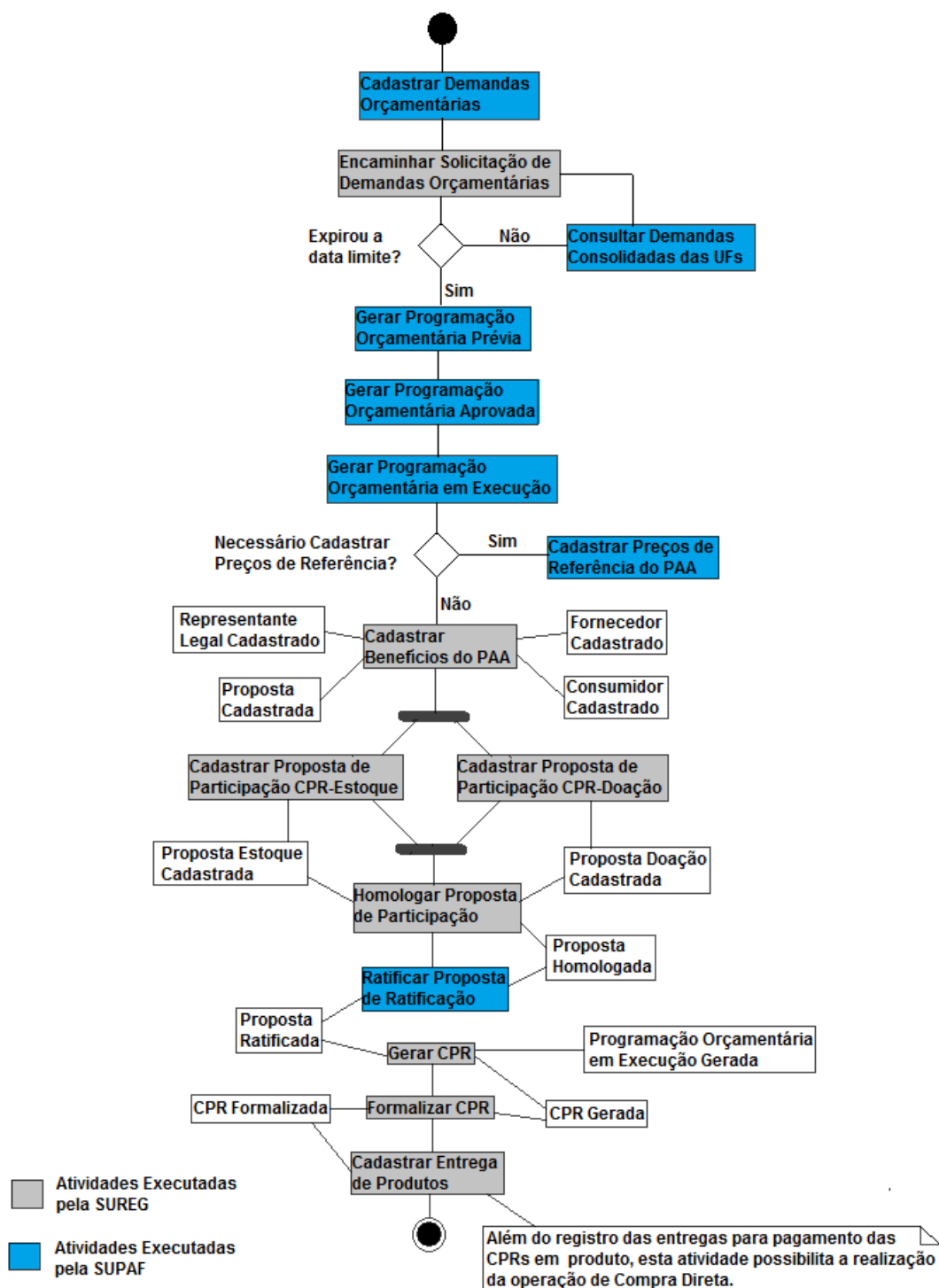
Após essa primeira etapa, a atividade desenvolvida no estágio conta em analisar os preços requeridos pela organização para cada produto contido na proposta, com parâmetro em tabela histórica organizada e mantida pela própria GEPAF com os preços praticados pelo PAA ou por comparação de preços nas Ceasas ou mercados das respectivas localidades.

Caso sejam aceitos os preços formulados na proposta, esta é encaminhada à Diretoria de Política Agrícola e Informações, do qual a GEPAF é subordinada, que fará a análise final e dará ciência à GEPAF para ratificar a proposta que é encaminhada de volta à superintendência regional que fará a sua execução.

Caso os preços requeridos na proposta da organização não estejam em conformidade com os preços praticados pelo PAA ou estejam desproporcionais aos praticados nos mercados ou Ceasas regionais, a proposta é renegociada com a organização de forma a enquadrá-la nos requisitos da Conab, se de interesse da organização.

A partir do fluxograma abaixo é possível visualizar todo o processamento das propostas do PAA desde o seu cadastro até a sua

execução. Mas as atividades do estágio ficam restritas às atividades executadas pela SUPAF e o restante, atividades executadas pelas SUREGs, são de encargo das Superintendências Regionais de cada Estado da federação.



Assim, além da análise de propostas a atividade no estágio conta com o apoio administrativo em elaborar relatórios gerenciais pertinentes, elaborar as planilhas de preços e mantê-las atualizadas, identificar dados sobre política de preços quando necessário e controlar e organizar os documentos das operações realizadas.

5. CONCLUSÃO

O curso de Gestão do Agronegócio envolve toda relação comercial que interliga a cadeia produtiva e industrial agrícola ou pecuária dentro de uma perspectiva que traduz o agronegócio como o futuro inovador da tecnologia brasileira no que diz respeito ao futuro financeiro e econômico do país.

Porém, a discussão sobre a terra ainda propicia um cenário de embates que acarretam conflitos entre os grandes empresários do agronegócio e os agricultores familiares, que sentem perderem suas chances de sobrevivência por falta de recursos financeiros.

Essa discussão acaba por dividir o agronegócio em posições que vão desde o impulsionamento econômico ocasionado pelas grandes empresas até a questão de sobrevivência da agricultura familiar, que sempre esteve presente no processo de desenvolvimento da agricultura e pecuária, onde também envolve as crescentes questões sobre os impactos ocasionados no meio ambiente pela "devastação" que a produção acarreta para cobrir a demanda alimentícia e gerar um lucro cada vez mais crescente para as empresas. Nesse sentido, o estágio propiciou uma visão mais abrangente sobre a agricultura familiar e suas expectativas sobre a propriedade da terra em que produzem.

O convívio com situações peculiares de produtores que dão o máximo de suas habilidades e força de trabalho para terem o mínimo de retorno econômico e social, fez com que o aprendizado teórico conquistado no decorrer do curso fosse repensado e a concepção sobre o que a agricultura familiar representa para o agronegócio passou a inovar em princípios de inclusão social e inserção ao campo sem comparativo de retorno financeiro.

O bom desempenho e o fortalecimento da agricultura familiar estão na dependência da capacidade de articulação dos diversos atores sociais envolvidos e comprometidos com a agricultura familiar, tais como: movimentos sociais, diversos ministérios, governos estaduais e municipais, agentes financeiros, ONGs e outros.

As ações de Assistência Técnica e Extensão Rural deveriam ser ampliadas, seja ela pública ou privada; a pesquisa agrícola deveria dar atenção

às necessidades dos agricultores e da agricultura familiar; por isso, é preciso estabelecer um seguro agrícola que garanta a renda dos agricultores e o crédito rural do PRONAF é a forma mais efetiva de desenvolver o fortalecimento regional e territorial da agricultura familiar frente à competição do mercado.

BIBLIOGRAFIA

CONAB. **Apostila de Treinamento dos Usuários SIGPAA – Sistema de Gestão do Programa de Aquisição de Alimentos**, Brasília, CONAB, 2011.

CONAB. **Balanco Social de 2009.**

Disponível em: www.conab.gov.br <Acesso em: 04 de outubro de 2011>

CONAB. **Manual de Operações da Conab.**

Disponível em: www.conab.gov.br <Acesso em 07 de dezembro de 2011>

CONAB. **Sumário Executivo PAA 2010.**

Disponível em: www.conab.gov.br <Acesso em 10 de outubro de 2011>

CONAB. **PAA – Evolução das Operações.**

Disponível em: www.conab.gov.br <Acesso em 20 de novembro de 2011>

MATTEI, Lauro. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA):** antecedentes, concepção e composição geral do programa. Florianópolis (SC), 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.**

Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, p. 100-101, fev. 2003.

ROCHA, Gustavo Ribeiro. **Cédula de Produto Rural.** Nova Lima, 2008.

Site:

www.conab.gov.br <Acesso em 04 de outubro de 2011>

www.fomezero.gov.br <Acesso em 04 de outubro de 2011>

www.mda.gov.br <Acesso em 07 de dezembro de 2011>